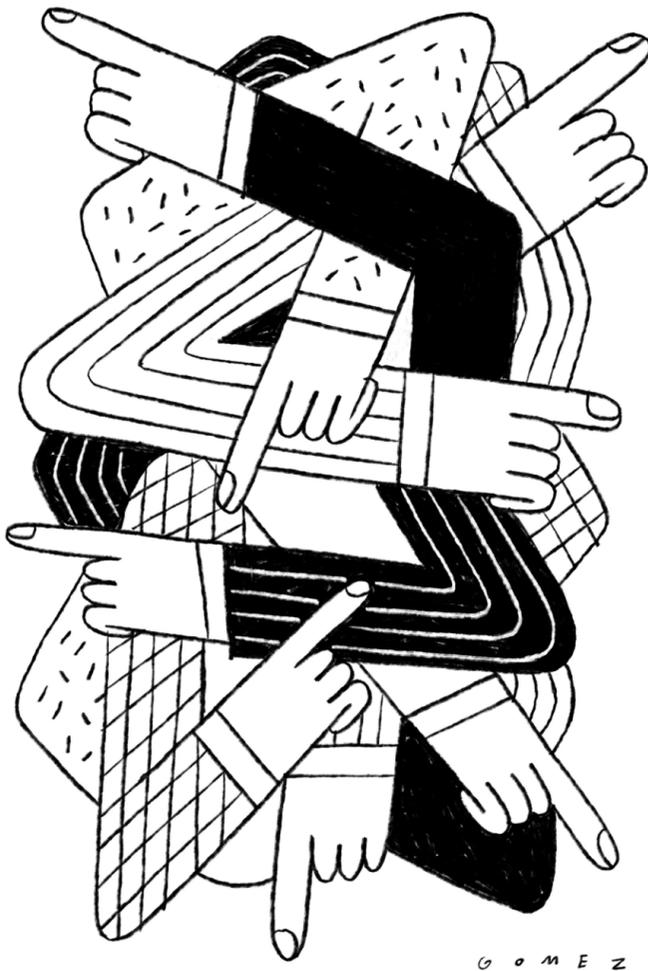


# As derrotas do Brasil

» SACHA CALMON  
Advogado



G O M E Z

Essa da Copa nos foi imposta por nós mesmos. A uma por errarmos nos pênaltis. A duas por adiantar a defesa e os meio-campistas quando faltavam minutos para o encerramento da partida. O fato é que nunca vimos uma Seleção chorar como a nossa. Isso é bom. Ao cabo foi apenas um jogo de futebol.

Pior é a derrota de ainda termos 30 milhões de pessoas sem garantia de prato cheio na próxima semana, deles, e mais 15 milhões de subempregados numa população de 220 milhões aproximadamente!

Segundo estudos, devemos ter por volta de 80 milhões de pessoas recebendo algum tipo de verba da União, Estados e Municípios já incluído o INSS com suas aposentadorias, pensões e benefícios em manutenção.

É só ver a variedade de programas sociais em vigência no país. Devemos ainda falar de funcionários públicos ativos e inativos, aposentados e pensionistas. Quando exerci a magistratura federal cheguei a conceder nos termos da legislação em vigor, uma pensão a neta de militar falecido. Não sei se a legislação mudou, mas devemos nos dar conta das prebendas e sinecuras propiciadas pelas leis vigentes em prol dos servidores especialmente os militares.

Nem sempre devemos considerar apenas as folhas de pagamento com a extensa variedade de itens a títulos diversos mas incluir as vantagens indiretas.

Nesse campo, além das verbas pecuniárias tem-se clubes, creches, escolas, cursos, salões e até serviços...

E, mais, hotéis de passagem, veículos e motoristas particulares e coletivos, agentes de segurança. O Brasil se tornou uma espécie de Estado-mamãe para os servidores e recementes, nem sempre carentes, das verbas públicas.

Aqui nesse espaço não se predica o tal capitalismo selvagem já superado no mundo todo tampouco a multiplicação de órgãos e empresas estatais ou qualquer tipo de estado excessivamente assistencialista, em que pese a profunda desigualdade básica da sociedade brasileira. Precisamos mesmo é de emprego e renda, de investimentos em saúde, educação, sejam estaduais, institucionais ou privados.

Historicamente o modelo econômico capitalista saiu vitorioso em face do socialismo de Estado, que já nem existe mais, a não ser em Cuba e Coreia do Norte.

É de ontem o esfacelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) sem deixar de considerar o grau maior de igualdade social que proporcionou no Leste Europeu, na Rússia e na China, que avançaram tecnologicamente sem nenhum auxílio do mundo capitalista (muito pelo contrário).

A Rússia (1918) e China (1950) como ex-ponentes, se projetaram nos limites de sociedades marxistas, portanto, socialistas. Como tais, avançaram muito militarmente, o que puxou os setores civis e tecnológicos de apoio e complementação.

É dizer: o capitalismo hoje vigente na Rússia e na China surgiu dos esforços anteriores

gestados pelo socialismo e, portanto, de módulos de gestão coletivistas, a merecer reflexões menos “politizadas” pela “guerra fria”, hoje transmutada em guerra cultural e comercial.

Ao examinar as sociedades hoje capitalistas surgidas em estados tachados de socialistas, os analistas certamente encontram um claro exemplo de como a “nomenclatura” ou, que seja, os altos escalões dirigentes dessas sociedades, se apossaram das empresas e entes estatais (teoricamente as “empresas do povo”). Essa rapina tem as garras da avidez por dinheiro e lucro típicas do capitalismo.

Nada disso nos diz respeito. Nunca fomos totalmente capitalistas tampouco socialistas. A questão entre nós é perguntar a quem serve o Estado intervencionista ou o Estado absentista. Ora, a Vale e a Petrobras (como cabeças de “grupos econômicos”) impulsio-naram o país (e disso ninguém duvida). Falam bem da intervenção do Estado na exploração de petróleo e gás, e também na mineração (recursos naturais que não poderiam

ficar nas mãos de estrangeiros). A CVRD hoje é privada, desde Fernando Henrique Cardoso.

No campo social, já fora da economia, aqui no Brasil, a quem deve servir o Estado? Ao capitalismo? Aos servidores públicos? Ao povo pobre, para tirá-los dessa condição?

O chamado absentismo do Estado Nacional saiu de moda. A flecha do tempo nos induz a dizer que o estado deve acabar com a pobreza!

No plano político, o Estado Democrático de Direito. No plano internacional, alianças e acordos, tratados, em fidelidade aos princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos.

Para encerrar devemos concluir que o combate à fome e a pobreza não pode — em nome da coerência lógica — descambar para a irracionalidade fiscal e desrespeito ao teto de gastos, mesmo reformulado (deve ser âncora).

O Brasil, estejam certos, não vai para a facilidade. O PT tem pela frente o enigma de um governo pifio e ideológico! Há que analisar e propor soluções viáveis, sob pena de afastamento da realidade. A herança é maldita.

## O nó cego trabalhista

» ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

Advogado, foi ministro do Trabalho e presidente do Tribunal Superior do Trabalho. É autor de Mensagem ao jovem advogado

Luz Inácio Lula da Silva surgiu para a vida pública no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, quando era torneiro mecânico das Indústrias Villares. Iniciou a carreira sindical integrando comissão de fábrica, foi suplente de diretoria, revelou liderança e foi escolhido por Paulo Vidal Neto para sucedê-lo na presidência da entidade. Tomou posse em abril de 1975. Permaneceu até ser cassado em maio de 1980, acusado de violação da Lei de Segurança Nacional por descumprir decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo relativa à greve.

Quem desejar conhecer a formação de Lula deve lhe analisar o comportamento durante os dois mandatos como presidente e condutor das greves de 1978, 1979 e 1980. É fundamental ler documentos e discursos reunidos no livro *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos de São Bernardo*, escrito com finalidade apologética por Rainho e Martinez Bargas (Ed. Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, SBC, volume 1, 1983). Recomenda-se, também, a leitura de *Imagens da luta 1905-1985*, editado pelo mesmo Sindicato em 1987, sob a coordenação de Aloysio Mercadante Oliva.

A trajetória de Lula recebeu intensa cobertura da imprensa após a greve de abril de 1978. Julgada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo em 8 de maio, a paralisação teve continuidade e obrigou a indústria automobilística a ignorar a legislação salarial e

celebrar acordo. Concordeu com a concessão de aumento real, de antecipação por conta do futuro dissídio, pagamento dos dias de paralisação. Foi nessa ocasião que o setor automotivo admitiu o Sindicato como legítimo interlocutor e se afastou da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos, detentoras do monopólio da representação das empresas e dos operários de todo o estado.

O insucesso das paralisações deflagradas em 1979 e 1980 (esta última durante 41 dias), e o afastamento da presidência do Sindicato não deixaram a Lula outra opção. Para não retornar à fábrica e se colocar como porta-voz do operariado, fundou o Partido dos Trabalhadores em 1980. Dois anos depois candidatou-se a governador de São Paulo. Recebeu mais de 1,1 milhão de votos. Ficou em terceiro lugar, derrotado por Franco Montoro e Paulo Maluf. Nessa época já se transformara em nome nacional, com a pretensão de ser o líder que a classe trabalhista aguardava desde o golpe militar de 1964.

A vitória nas eleições de 2002 projetou a imagem de Lula como defensor do sindicalismo democrático, adversário do modelo corporativo fascista e pelo disciplinado na CLT. Em seu benefício contava com a opinião pública, favorável ao fim das intervenções do Ministério do Trabalho na estrutura sindical.

Para dar andamento ao sonhado projeto de modernização da Consolidação das Leis do Trabalho, Lula instituiu o Fórum Nacional do Trabalho, instalado com pompa e circunstância no Palácio do Planalto em 29 de julho

de 2003. Prestigiaram a cerimônia o vice-presidente José Alencar, o senador Paulo Paim, no exercício da presidência do Senado Federal, o Ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal, ministros e ministras de Estado, dezenas de dirigentes sindicais profissionais, patronais e jornalistas. Presenciei a solenidade, convidado pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

O discurso de Lula — no qual me citou como seu ex-advogado — foi improvisado. Destaco, porém, a frase: “É preciso adequar tanto a estrutura sindical, quanto a própria legislação trabalhista ao momento em que vivemos. Porque, se não, nós estaremos contribuindo para que, cada dia mais, os sindicatos representem menos gente, porque hoje, em grande parte das categorias de trabalhadores deste país, os sindicalistas vão à porta da fábrica convocar assembleia e, muitas vezes, se deparam com mais trabalhadores vendendo alguma coisa na porta da fábrica, do que com trabalhadores entrando para trabalhar”.

Lula encerrou a fala com mensagem ambígua: “O desafio está colocado, a bola está com vocês. Bom jogo e boa luta”. Em setembro de 2005, sem timoneiro e sem rumo, o Fórum divulgou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 369 e Anteprojeto de Lei de Relações Sindicais. Ambos retóricos e ambos fracassados.

Renegando o propósito de adequar a legislação de 1943 às exigências do século 21, Lula pretende revogar a Reforma Sindical e restabelecer a contribuição anual obrigatória. Volta à Presidência como dirigente sindical.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## O vale dos escombros

Seria possível, em alguma parte do universo, emitir-se uma moeda digital comum, como o SUR, proposto pelo futuro ministro da Economia, Fernando Haddad, válida para toda a região sul-americana, tendo como objetivo central e estratégico, acelerar o processo de integração político e ideológico de todo o continente?

Essa e outras interrogações estarão em pauta nos próximos dias. Conhecendo-se mais detidamente o universo da América do Sul e principalmente a que países essa ideia se liga, a resposta mais sensata à essa questão, seria um não. É impossível lastrear toda e qualquer moeda, digital ou não, à princípios ideológicos. Moedas, por suas características se ligam a modelos econômicos específicos e devem, para sua sobrevivência, ser atrelados às regras de mercado e às atividades do livre comércio, o que quer dizer, à iniciativa privada e toda a inércia que a demanda e a oferta proporcionam.

O Brasil que a duras penas vem tentando restabelecer um mínimo de respeito, seriedade e aceitação de sua moeda, desde a criação do Real, poderá embarcar nessa doidivana aventura, apenas para assistir, num curto espaço de tempo, o esfarelar da moeda nacional. Mas o que é esse desastre em face do que se pretende? Nas palavras do idealizador da proposta “A criação de uma moeda sul-americana é a estratégia para acelerar o processo de integração regional, constituindo um poderoso instrumento de coordenação política e econômica para os povos sul-americanos. É um passo fundamental rumo ao fortalecimento da soberania e da governança regional, que certamente se mostrará decisivo em um novo mundo.” Esse novo mundo, não passa de restos dos escombros deixados pela Europa Oriental, após o colapso do Muro de Berlim.

Uma herança amaldiçoada, que por falta de espaço no velho continente, veio buscar novas raízes na América do Sul. Alguns economistas, menos enfeitados já se perguntam, como pode uma moeda comum, para todo o continente, dar certo, numa região onde sequer tem sido possível a formação de uma zona de livre comércio.

O Mercosul é ainda uma ideia, que pelos desdobramentos políticos sofridos em muitos países, sequer deslanchou de maneira aceitável. O que tem atrapalhado o Mercosul ou o livre comércio é justamente o domínio ideológico em muitos países, avesso à livre iniciativa e a tudo que diz respeito ao livre fluxo de bens serviços.

Economias centralizadas ou estatizadas com o dinamômetro apontando força de ideologias políticas são contrárias ao livre comércio. No máximo poderíamos restabelecer entre esses países o antigo modelo de escambo ou a troca de produtos por produtos in natura. Tudo isso dentro de uma precária união aduaneira burocrática e comandada por sindicatos dos portos, aeroportos e rodovias.

Para se ter uma ideia da paridade ou da disparidade entre as moedas do continente, a moeda venezuelana, depois de seguidas ondas de hiperinflação, foi cortada em nada menos do que 14 zeros para ter algum significado concreto no mundo das moedas. Para que o venezuelano possa comprar um que seria uma cesta básica, seria necessário hoje, um carrinho de mão cheio de dinheiro, pesando aí uns 50 quilos para essa operação. Igualar um Bolívar digital com o Real ou mesmo com o dólar é hoje uma tarefa surreal, tudo por conta do chamado “Socialismo do Século XXI”. É esse o novo caminho proposto. Um atalho pela velha estrada que leva a todos para um vale de escombros.

### » A frase que foi pronunciada

“Eu não sou pobre, eu sou sóbrio, de bagagem leve. Vivo apenas com o suficiente para que as coisas não roubem minha liberdade.”

José Mujica

### Reconhecimento

» Glen Valente, da EBC, comemora mais um ano de premiação nível 1 na Certificação do Indicador de Governança IG-Sest em indicador de governança corporativa.

### Tecnologia

» Continuam os estudos do Banco de Amostras, construído em parceria entre o Ministério da Saúde e a Fiocruz. Com condições de estudarem vírus potencial que podem causar pandemias, o Biobanco recebeu o investimento de 40 milhões de reais. Mais de um milhão e meio de amostras são mantidas em baixa temperatura para os estudos. Essa era uma necessidade antiga do país.

### Missão quase impossível

» Deputado distrital José Gomes criou o selo Empresa Boa Pagadora no Distrito Federal pela lei 6.298/2019. Estar em dia com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias e não ter execução cíveis e fiscais em tramitação. Imagine um selo desses conquistado pelo governo federal ou do DF.

### » História de Brasília

Outro, construiu, dentro do próprio lote, um barraco de madeira, onde há residência e um bar para candangos. Essas irregularidades criam uma situação de descrédito para as repartições que são encarregadas de aprovar as plantas, e para as que dão “habite-se”. (Publicada em 14.03.1962)